

Etats, ouverte à la signature à Washington le 18 mars 1965.

Une fois l'investisseur a soumis le différend, soit aux juridictions de la Partie Contractante concernée, soit au tribunal d'arbitrage *ad hoc*, soit au CIRDI, le choix de l'une de ces trois procédures reste définitif.

3 — Aucune des Parties Contractantes, partie à un différend, ne soulèvera d'objection, à aucun stade de la procédure d'arbitrage, ni de l'exécution d'une sentence d'arbitrage, du fait que l'investisseur parti adverse au différend, aurait perçu une indemnité couvrant tout ou partie de ses pertes en exécution de la garantie prévue à l'article 7 du présent Accord.

4 — Le tribunal arbitral statuera sur la base du droit national de la Partie Contractante, partie au différend sur le territoire de laquelle l'investissement est situé, y compris les règles relatives aux conflits de lois, des dispositions du présent Accord, des termes de l'accord particulier qui serait intervenu au sujet de l'investissement, ainsi que des principes du droit international.

5 — Les sentences d'arbitrage sont définitives et obligatoires pour les parties au différend. Chaque Partie Contractante s'engage à exécuter les sentences en conformité de sa législation nationale.

Article 10

Application d'autres dispositions

Si les lois et règlements nationaux des Parties Contractantes ou les accords internationaux existants en ce moment ou qui seront établis par la suite entre les Parties Contractantes, en plus du présent Accord, contiennent des dispositions accordant aux investissements effectués par des investisseurs de l'autre Partie Contractante, un traitement plus favorable que celui accordé par le présent Accord, tels lois et règlements ou accords, dans la mesure où il est plus favorable à l'investisseur, prévaudra.

Les investissements ayant fait l'objet d'un engagement particulier de l'une des Parties Contractantes à l'égard des investissements effectués par des investisseurs de l'autre Partie Contractante sont régis, sans préjudice des dispositions du présent Accord, par les termes de cet engagement.

Article 11

Application de l'Accord

Le présent Accord s'applique aux investissements effectués par les investisseurs de l'une des Parties Contractantes sur le territoire de l'autre Partie Contractante conformément à ces lois et règlements à partir de sa date d'entrée en vigueur.

Il s'applique également aux investissements existants, des investisseurs de l'autre Partie Contractante à la date d'entrée en vigueur du présent Accord et effectués sur le territoire de l'une des Parties contractantes conformément à ses lois et règlements à partir du 1^{er} janvier 1957. Toutefois, le présent Accord ne s'appliquera pas aux différends survenus antérieurement à son entrée en vigueur qui restent régies par l'Accord entre le Gouvernement de la République Tunisienne et le Gouvernement de la République Portugaise pour la promotion et la protection des investissements en date du 11 mai 1992.

Article 12

Entrée en vigueur, durée et expiration de l'Accord

1 — Chacune des Parties Contractantes notifiera à l'autre Partie Contractante l'accomplissement des procédures internes requises en ce qui la concerne, pour l'entrée en vigueur du présent Accord, qui prendra effet un mois après le jour de la réception de la dernière notification.

2 — A compter de son entrée en vigueur, le présent Accord annule et remplace l'Accord entre le Gouvernement de la République Tunisienne et le Gouvernement de la République Portugaise pour la promotion et la protection des investissements en date du 11 mai 1992.

3 — Le présent Accord est conclu pour une période de dix ans renouvelable par tacite reconduction pour de nouvelles périodes successives de dix ans sauf si, douze mois au moins avant son expiration, l'une des Parties Contractantes notifie à l'autre Partie Contractante par écrit son intention de le résilier.

4 — S'agissant d'investissements effectués avant la date d'expiration du présent Accord, les dispositions des articles de 1 à 11 continueront à s'appliquer pendant une période de 10 ans à compter de cette date.

En foi de quoi, les plénipotentiaires des deux Gouvernements ont signé le présent Accord.

Fait à Tunis, le 28 février 2002, en double exemplaires originaux, en langue portugaise, arabe et française, les trois textes faisant également foi; en cas de divergence dans l'interprétation, la version française prévaudra.

Pour la République Portugaise:

Luís Garcia Braga da Cruz, Ministre de l'Economie.

Pour la République Tunisiense:

Fethi Merdassi, Ministre de la Coopération Internationale et de l'Investissement Extérieur.

Decreto n.º 9/2004

de 29 de Abril

Considerando o desejo de aprofundar as relações de amizade entre os povos de Portugal e da Polónia; Verificando ser o turismo um dos mais importantes factores para se obter esse relacionamento;

Conscientes de que daí poderão acrescer substanciais vantagens nos campos económico e cultural:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Polónia no Domínio do Turismo, assinado em Lisboa em 22 de Janeiro de 2003, cujo texto, nas versões autênticas nas línguas portuguesa, polaca e inglesa, se publica em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 4 de Março de 2004. — *José Manuel Durão Barroso* — *Maria Teresa Pinto Basto Gouveia* — *Carlos Manuel Tavares da Silva*.

Assinado em 5 de Abril de 2004.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 7 de Abril de 2004.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A REPÚBLICA DA POLÓNIA NO DOMÍNIO DO TURISMO

A República Portuguesa e a República da Polónia, doravante designadas «Partes»:

Desejando aprofundar as relações de amizade entre a República Portuguesa e a República da Polónia;

Conscientes da importância do turismo para o desenvolvimento das relações económicas e culturais, bem como para um melhor entendimento do modo de vida, da história e do património cultural das duas nações;

Reconhecendo a necessidade de estabelecer uma base legal para a cooperação no domínio do turismo;

acordam o seguinte:

Artigo 1.º**Âmbito**

1 — As Partes envidarão todos os esforços para desenvolver e fortalecer a cooperação no domínio do turismo, com o objectivo de estimular um melhor conhecimento da história e da cultura de ambas as nações.

2 — A cooperação no domínio do turismo será implementada tendo em consideração as normas estipuladas neste Acordo, bem como a legislação nacional das Partes.

Artigo 2.º**Cooperação**

As Partes apoiarão o estabelecimento da cooperação entre empresários e organizações portuguesas e polacas que participem no desenvolvimento do turismo a nível internacional, que promovam o investimento turístico e trabalhem em *joint-venture* com o objectivo de apoiar os turistas.

Artigo 3.º**Formas de cooperação**

A cooperação mencionada no artigo 2.º será efectuada, especialmente, através:

- a) Da criação de *joint-venture* com o objectivo de apoiar os turistas;
- b) Do intercâmbio de peritos;
- c) Do apoio à formação de quadros do sector turístico.

Artigo 4.º**Intercâmbio de informação**

As Partes incentivarão a troca de informação nos seguintes domínios:

- a) Estatísticas de turismo;
- b) Programas de formação de quadros do sector turístico;
- c) Actividades promocionais;
- d) Legislação no âmbito da protecção ambiental e do património cultural;
- e) Legislação em vigor no âmbito da actividade turística.

Artigo 5.º**Condições de cooperação**

As Partes comprometem-se a criar condições que permitam o intercâmbio de peritos e técnicos especiali-

zados, assim como a cooperação entre as instituições responsáveis pela pesquisa no domínio do turismo.

Artigo 6.º**Centros de informação turística**

As Partes incentivarão o estabelecimento de centros nacionais de informação turística nos dois países.

Artigo 7.º**Cooperação internacional**

As Partes promoverão o intercâmbio de informação e de experiências resultantes das respectivas participações nas organizações internacionais de turismo.

Artigo 8.º**Comissão mista**

1 — As Partes instituirão uma comissão mista responsável pelo cumprimento das disposições estabelecidas no presente Acordo e pela resolução de divergências que possam surgir no decurso da sua execução.

2 — A comissão mista será constituída por representantes dos organismos responsáveis pelo sector do turismo que serão nomeados pelas Partes.

3 — A primeira reunião da comissão mista terá lugar seis meses depois da entrada em vigor do Acordo.

4 — A comissão mista redigirá, na primeira reunião, um conjunto de regulamentos que definirão os procedimentos que orientarão as suas actividades.

5 — A comissão mista será presidida por representantes de cada uma das Partes.

6 — A comissão mista reunirá, de acordo com as necessidades e por pedido escrito de uma das Partes, alternadamente, na República Portuguesa e na República da Polónia.

Artigo 9.º**Entrada em vigor**

1 — O presente Acordo está sujeito a aprovação de acordo com o direito interno das Partes, as quais se informarão reciprocamente desse facto através de comunicação escrita.

2 — O Acordo entrará em vigor 30 dias após a data de recepção da última notificação.

Artigo 10.º**Vigência e denúncia**

1 — O presente Acordo será válido por um período de cinco anos, considerando-se automaticamente renovado por sucessivos períodos de cinco anos, salvo denúncia de uma das Partes comunicada à outra com, pelo menos, seis meses de antecedência relativamente à data de cessação da respectiva vigência.

2 — O fim do Acordo não afectará os programas implementados ou em curso acordados pelas Partes durante a vigência do mesmo e até à sua conclusão.

Feito em Lisboa, em 22 de Janeiro de 2003, em duas cópias idênticas nas línguas portuguesa, polaca e inglesa, os três textos fazendo igualmente fé.

Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá a versão inglesa.

Pela República Portuguesa:

Pela República da Polónia:

Umowa między Republiką Portugalską a Rzeczpospolitą Polską o współpracy w dziedzinie turystyki

Republika Portugalska i Rzeczpospolita Polska, zwane dalej „Stronami”,

- pragnąc przyczynić się do rozszerzenia przyjacielskich kontaktów między narodami Republiki Portugalskiej i Rzeczypospolitej Polskiej,
 - świadome znaczenia turystyki dla rozwoju stosunków gospodarczych i kulturalnych, jak również lepszego poznania życia historii i spuścizny kulturalnej obu narodów,
 - uznając potrzebę stworzenia podstaw prawnych dla współpracy w dziedzinie turystyki,
- uzgodniły, co następuje:

Artykuł 1 Przedmiot umowy

1. Strony będą przyczyniać się do umacniania i rozwoju współpracy w dziedzinie turystyki w celu lepszego poznania historii i kultury obu narodów.
2. Współpraca w dziedzinie turystyki będzie realizowana zgodnie z postanowieniami niniejszej Umowy i prawem obowiązującym w każdym z Państw Stron.

Artykuł 2 Współpraca

Strony będą popierać nawiązywanie i rozwój współpracy między polskimi i portugalskimi przedsiębiorcami i organizacjami, uczestniczącymi w rozwoju turystyki międzynarodowej, podejmującymi inwestycje w dziedzinie turystyki, a także prowadzącymi wspólne przedsięwzięcia w celu obsługi turystów.

Artykuł 3 Przedmiot Współpracy

Współpraca, o której mowa w artykule 2, będzie się odbywała w szczególności poprzez:

- a) podejmowanie wspólnych przedsięwzięć w celu organizacji obsługi turystów z obu Państw,
- b) wymianę specjalistów,
- c) pomoc w kształceniu kadr dla turystyki.

Artykuł 4 Wymiana Informacji

Strony będą popierać wymianę informacji w następujących dziedzinach:

- a) statystyka turystyczna,
- b) programy kształcenia specjalistów w dziedzinie turystyki,

- c) działalność promocyjna,
- d) akty normatywne związane z ochroną przyrody oraz dóbr kultury,
- e) akty normatywne regulujące działalność turystyczną.

Artykuł 5 Warunki Współpracy

Strony będą sprzyjać wymianie specjalistów i pracowników naukowych, specjalizujących się w tematyce turystycznej, a także współpracy instytucji prowadzących badania w dziedzinie turystyki.

Artykuł 6 Centra Informacji Turystycznej

Każda ze Stron będzie sprzyjać powstawaniu na terytorium swojego Państwa ośrodków informacji turystycznej drugiej Strony.

Artykuł 7 Współpraca Międzynarodowa

Strony będą wymieniać informacje i dzielić się doświadczeniami związanymi z ich udziałem w pracach międzynarodowych organizacji turystycznych.

Artykuł 8 Komisja Mieszana

1. Strony utworzą Komisję Mieszaną, której zadaniem będzie zapewnienie należytego wykonania postanowień niniejszej Umowy oraz rozwiązywanie problemów, które mogą powstać w toku jej realizacji.
2. Komisja Mieszana składać się będzie z przedstawicieli wyznaczonych przez Strony, zajmujących się działalnością w dziedzinie turystyki.
3. Komisja Mieszana zbierze się po raz pierwszy w ciągu sześciu miesięcy od dnia wejścia Umowy w życie.
4. Komisja Mieszana na swym pierwszym posiedzeniu opracuje regulamin, w którym określi tryb pracy.
5. Komisji będą przewodniczyli przedstawiciele każdej ze Stron.
6. Komisja Mieszana spotykać się będzie w miarę potrzeb, na pisemny wniosek jednej ze Stron, na przemian w Republice Portugalskiej i Rzeczypospolitej Polskiej.

Artykuł 9 Wejście w życie

1. Umowa niniejsza podlega przyjęciu zgodnie z prawem Państwa każdej ze Stron, co zostanie stwierdzone w drodze wymiany not.
2. Umowa wchodzi w życie po upływie 30 dni od dnia otrzymania noty późniejszej.

Artykuł 10 Ważność i Wypowiedzenie

1. Umowa niniejsza zawarta jest na okres pięciu lat. Ulega ona automatycznemu przedłużeniu na dalsze pięcioletnie okresy, jeżeli żadna ze Stron nie wypowie jej w drodze notyfikacji, najpóźniej na sześć miesięcy przed upływem danego okresu ważności.
2. Wypowiedzenie Umowy nie będzie miało wpływu na przedsięwzięcia podjęte i realizowane zgodnie z Umową w czasie jej obowiązywania, aż do czasu ich zakończenia.

Sporządzono w.....LIZBONA..... dnia 22 STYCZNIA 2003 w dwóch egzemplarzach każdy w językach portugalskim, polskim i angielskim, przy czym wszystkie teksty są jednakowo autentyczne.

W razie rozbieżności przy ich interpretacji tekst w języku angielskim będzie uważany za rozstrzygający.

W imieniu
Republiki Portugalskiej

W imieniu
Rzeczypospolitej Polskiej

AGREEMENT BETWEEN THE PORTUGUESE REPUBLIC AND THE REPUBLIC OF POLAND ON COOPERATION IN THE FIELD OF TOURISM.

The Portuguese Republic and the Republic of Poland,
hereinafter referred to as «Parties»:

Wishing to further promote friendly relations
between the nations of the Portuguese Republic
and the Republic of Poland;

Conscious of the importance of tourism for the development of economic and cultural relations, as well as the better understanding of life, history and cultural heritage of both nations;
Acknowledging the need for creating a legal basis for cooperation in the field of tourism;

have agreed as follows:

Article 1

Scope

1 — The Parties will strive to strengthen and develop cooperation in the field of tourism with a view of promoting a better understanding of the history and culture of both nations.

2 — Cooperation in the field of tourism will be implemented in accordance with the provisions of this Agreement and the national legislation of the Parties.

Article 2

Cooperation

The Parties will support the establishment and development of cooperation between portuguese and polish entrepreneurs and organizations participating in the development of international tourism, undertaking investments in the field of tourism and operating joint ventures with the aim of servicing tourists.

Article 3

Scope of the cooperation

The cooperation, referred to in article 2, will be realised through the following, in particular:

- a) Undertaking joint ventures with the aim of servicing tourists from both countries;
- b) Exchange of experts;
- c) Assistance in educating personnel for the servicing of tourists.

Article 4

Exchange of information

The Parties will encourage the exchange of information in the following fields:

- a) Tourism statistics;
- b) Educational programmes for tourism experts;
- c) Promotional activities;
- d) Legislative acts regulating issues involving environmental protection and cultural heritage;
- e) Legislative acts regulating tourism activities.

Article 5

Conditions for the cooperation

The Parties will create favorable conditions for the exchange of experts and scientists specialising in the field of tourism, as well as the co-operation between institutions responsible for conducting research in the field of tourism.

Article 6

Tourism information centres

Each of the Parties will encourage the establishment of tourism information centres of the other Party on its own territory.

Article 7

International cooperation

The Parties will exchange information and share know-how gained as a result of their participation in international tourism organisations.

Article 8

Mixed commission

1 — The Parties will establish a mixed commission responsible for the proper execution of the provisions of this Agreement and seeking solution to any problems that may arise in the course of its execution.

2 — The mixed commission will consist of representatives involved in tourism activities and appointed by the Parties.

3 — The mixed commission's first meeting will be held within six months of the Agreement's coming into force.

4 — At the first meeting, the mixed commission will draw up a set of regulations which will define the procedures governing its activities.

5 — Representatives of each of the Parties will chair the commission.

6 — The mixed commission will meet according to needs at the written request of one of the Parties, in the Portuguese Republic and the Republic of Poland alternately.

Article 9

Entry into force

1 — The hereby Agreement is subjected to approval in accordance with the national legislation of both Parties. Each Party will notify the other, by way of an exchange notes, of the approval.

2 — The Agreement will come into force after 30 days after the date of receipt of the latter note.

Article 10

Validity and denouncing

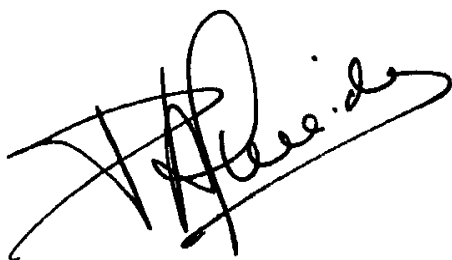
1 — The hereby Agreement is concluded for a period of five years. The duration of the Agreement will automatically be renewed for five-year periods, provided that neither of the Parties terminates it, by way of notification, until six months prior to the date of expiration of the Agreement, its intention to denounce.

2 — The termination of the Agreement will have no impact on ventures undertaken and implemented in accordance with the Agreement, while it was in force, until their completion.

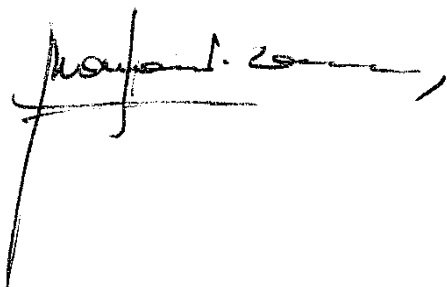
Drawn up in Lisbon on 22nd January 2003 in two identical copies in Portuguese, Polish and English, where all the texts are deemed equally authentic.

In case of any discrepancies in their interpretation, the English language version of the text will prevail.

On behalf of The Portuguese Republic:



On behalf of The Republic of Poland:



Decreto n.º 10/2004

de 29 de Abril

Considerando a necessidade de estabelecer um elemento estruturante na sedimentação do relacionamento jurídico bilateral entre a República Portuguesa e a Sérvia e Montenegro para o desenvolvimento e progresso dos respectivos habitantes;

Tendo em conta a necessidade de proceder a uma definição em relação aos acordos bilaterais vigentes entre a República Portuguesa e a antiga República Socialista Federativa da Jugoslávia e como meio de garantir uma maior segurança jurídica nas relações entre Estados:

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 197.º da Constituição, o Governo aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a Sérvia e Montenegro sobre a Sucessão dos Tratados Vigentes entre a República Portuguesa e a Antiga República Socialista Federativa da Jugoslávia, assinado em Lisboa em 3 de Novembro de 2003, cujo texto, nas versões autenticadas nas línguas portuguesa, sérvia e inglesa, é publicado em anexo.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 26 de Fevereiro de 2004. — José Manuel Durão Barroso — Maria Teresa Pinto Basto Gouveia — Nuno Albuquerque Morais Sarmiento — Carlos Manuel Tavares da Silva — Maria da Graça Martins da Silva Carvalho.

Assinado em 5 de Abril de 2004.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 7 de Abril de 2004.

O Primeiro-Ministro, José Manuel Durão Barroso.

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A SÉRVIA E MONTENEGRO SOBRE A SUCESSÃO DOS TRATADOS VIGENTES ENTRE A REPÚBLICA PORTUGUESA E A ANTIGA REPÚBLICA SOCIALISTA FEDERATIVA DA JUGOSLÁVIA.

A República Portuguesa e a Sérvia e Montenegro, doravante designadas como Estados Contratantes:

Desejando aprofundar as suas relações de amizade; Reconhecendo que os princípios do livre consentimento, da boa fé e a regra *Pacta Sunt Servanda* são universalmente reconhecidos;

Considerando os objectivos de promover as relações em espírito de cooperação com base nos princípios de mútuo respeito, soberania e igualdade;

Tendo em conta a necessidade de proceder a uma definição em relação aos acordos bilaterais vigentes entre a República Portuguesa e a antiga República Socialista Federativa da Jugoslávia e como meio de garantir uma maior segurança jurídica nas relações entre Estados;

Tendo presente os princípios contidos na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969:

acordam no seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

Dos tratados vigentes entre a República Portuguesa e a antiga República Socialista Federativa da Jugoslávia, mantêm-se em vigor os constantes do anexo ao presente Acordo, que dele faz parte integrante.

Artigo 2.º

Renegociação

1 — Os tratados constantes do anexo ao presente Acordo serão renegociados, caso se afigure necessário, num curto espaço de tempo.

2 — Para o efeito previsto no número anterior, e em virtude da diversidade de matérias envolvidas, serão efectuadas consultas mútuas ao nível técnico e político.

Artigo 3.º

Vigência

O presente Acordo entrará em vigor 30 dias após a data de recepção da última das notificações, por via diplomática, de que se encontram preenchidos os respectivos requisitos constitucionais e legais para a sua entrada em vigor.

Assinado em Lisboa em 3 de Novembro de 2003, nas línguas portuguesa, sérvia e inglesa, sendo os textos igualmente autênticos. Em caso de divergências de interpretação, prevalecerá o texto em língua inglesa.

Pela República Portuguesa:

